



**FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

Sede: Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa

Número de matrícula na C.R.C. de Lisboa e de identificação de pessoa coletiva: 500 918 880

Capital social: € 381.150.000,00

**ANÚNCIO DE LANÇAMENTO DE OFERTA PÚBLICA CONCORRENTE GERAL E  
VOLUNTÁRIA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES REPRESENTATIVAS DO  
CAPITAL SOCIAL DA ESPÍRITO SANTO SAÚDE, S.G.P.S., S.A.**

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 185.º, número 2, 183.º-A e 185.º-A do Código dos Valores Mobiliários (“**Cód.VM**”), torna-se público o lançamento de uma oferta pública concorrente, geral e voluntária, sobre ações representativas do capital social da Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A. (adiante designada de “**Oferta Concorrente**”) em relação (i) à oferta pública lançada pelo Grupo Ángeles Servicios de Salud, S.A. de CV e objeto de registo e de lançamento no dia 19 de setembro de 2014 (adiante designada de “**Oferta Inicial**”) e (ii) à oferta pública preliminarmente anunciada pela José de Mello Saúde, S.A. a 11 de setembro de 2014 caso venha a ser tempestivamente objeto de registo pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (a “**CMVM**”), nos seguintes termos e condições:

1. A oferente é a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., com sede no Largo do Calhariz, 30, 1249-001 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 918 880 e com o capital social integralmente realizado de € 381.150.000,00 (adiante designada por “**Oferente**”).
2. A sociedade visada pela presente Oferta Concorrente é a Espírito Santo Saúde, S.G.P.S., S.A. sociedade aberta com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, Edifício Amoreiras Square, 17-9.º, 1070-313 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504 885 367 e com o capital social integralmente realizado de €95.542.254,00, representado por 95.542.254 ações ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de €1,00 cada uma (adiante designada por “**Sociedade Visada**”).

3. O intermediário financeiro representante da Oferente e encarregado da assistência à presente Oferta Concorrente, nos termos e para os efeitos da alínea b) do número 1 do artigo 113.º do Cód.VM, designado para a prestação dos serviços necessários à preparação, lançamento e execução da presente Oferta Concorrente é o Banco Finantia, S.A., com sede na Rua General Firmino Miguel, nº. 5 - 1º Piso, 1600-100 Lisboa, com o capital social integralmente realizado de € 150.000.000,00, sociedade matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de pessoa coletiva e de matrícula 501 897 020 (adiante designado de **“Banco Finantia”** ou **“Intermediário Financeiro”**).
4. Os valores mobiliários objeto da Oferta Concorrente são as ações ordinárias, com o valor nominal de € 1,00 cada, representativas da totalidade do capital social e direitos de voto da Sociedade Visada, com exclusão das que sejam diretamente detidas pela Oferente e por pessoas/entidades que, estando com ela em alguma das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Cód.VM, procedam ao respetivo bloqueio durante o prazo da presente Oferta Concorrente (adiante designadas por **“Ações”**). As Ações encontram-se admitidas à negociação, com o símbolo “ESS” e o Código ISIN PTEPT0AM0005, no mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (adiante designada de **“Euronext Lisbon”**).
5. A Oferta Concorrente é geral e voluntária e a Oferente obriga-se a adquirir, nos termos e condições estabelecidas no presente Anúncio e no Prospeto, a totalidade das Ações da Sociedade Visada que sejam objeto de válida aceitação da Oferta Concorrente.
6. Apenas poderão ser objeto de válida aceitação, as Ações que, na data do encerramento da Oferta Concorrente, se encontrem integralmente realizadas, com todos os direitos inerentes e livres de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades, bem como de quaisquer limitações ou vinculações, nomeadamente quanto aos respetivos direitos patrimoniais e/ou sociais ou à sua transmissibilidade.
7. A aceitação da Oferta Concorrente pelos seus destinatários está sujeita ao cumprimento dos respetivos requisitos legais e regulamentares, incluindo os constantes de lei estrangeira, quando os destinatários da Oferta Concorrente a ela estejam sujeitos.
8. A Oferente, na presente data, detém 1.504 (mil quinhentas e quatro) Ações representativas de 0,0016% (zero vírgula zero zero dezasseis por cento) do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada. Na presente data, não são atribuíveis à Oferente e, tanto quanto é do seu melhor conhecimento, às pessoas / entidades que com esta se encontram numa das situações do número 1 do artigo 20.º do Cód.VM, quaisquer outros direitos de voto correspondentes às Ações.

9. Considerando as ações da Sociedade Visada imputáveis à Oferente, os valores mobiliários objeto da Oferta Concorrente são 95.540.750 Ações, correspondentes a aproximadamente 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.
10. A contrapartida oferecida, a pagar em numerário, é de €4,82 (quatro euros e oitenta e dois cêntimos) por cada Ação, deduzido de qualquer montante (ilíquido) que venha a ser atribuído a cada Ação, seja a título de dividendos, de adiantamento sobre lucros de exercício ou de distribuição de reservas, fazendo-se tal dedução a partir do momento em que o direito ao montante em questão tenha sido destacado das Ações e se tal momento ocorrer antes da liquidação financeira da Oferta Concorrente.
11. A contrapartida oferecida, além de respeitar o disposto no número no número 1 do artigo 188.º do Cód.VM, representa:
  - (i) um prémio de 50,63% em relação ao preço da oferta pública inicial de distribuição de Ações da Sociedade Visada, cujo apuramento de resultados teve lugar em 7 de fevereiro de 2014, o qual foi de € 3,20 (três euros e vinte cêntimos) por Ação.
  - (ii) um prémio de 29,63% e de 34,20% em relação ao preço médio ponderado das Ações da Sociedade Visada no mercado regulamentado da Euronext Lisbon, nos três e nos seis meses anteriores ao anúncio preliminar da Oferta Inicial, respetivamente;
  - (iii) um prémio de 16,08% e de 20,97% em relação ao preço médio ponderado das Ações da Sociedade Visada no mercado regulamentado da Euronext Lisbon, nos três e nos seis meses anteriores à data do anúncio preliminar da Oferta Concorrente, respetivamente;
  - (iv) um prémio de 22,24% em relação ao preço de fecho na data do anúncio preliminar da Oferta Inicial; e
  - (v) um prémio de 7,11% em relação ao preço da Oferta Inicial.
12. A Oferta Concorrente apresenta, além disso, uma contrapartida superior em 7,11% à contrapartida de € 4,50 (quatro euros e cinquenta cêntimos) proposta na Oferta Inicial, cumprindo o disposto no número 5 do artigo 185.º do Cód.VM.
13. O período da Oferta Concorrente será entre as 8:30 horas do dia 29 de setembro de 2014 e as 15:30 horas do dia 10 de outubro de 2014 (o “**Período da Oferta Concorrente**”), termo esse que coincide com o da Oferta Inicial. As ordens de venda poderão ser recebidas pelos intermediários financeiros até ao final deste Período da Oferta Concorrente.

14. Nos termos do número 2 do artigo 183.º do Cód.VM., o Período da Oferta Concorrente poderá ser prorrogado pela CMVM, por sua iniciativa ou a requerimento da Oferente, em caso de revisão, lançamento de oferta concorrente ou quando a proteção dos interesses dos destinatários o justifique.
15. De acordo com os artigos 126.º, 185.º-A, número 6 e 133.º, número 3 do Cód.VM, os detentores das Ações que aceitem a Oferta Concorrente poderão revogar a sua declaração de aceitação através de comunicação escrita dirigida ao intermediário financeiro que recebeu tal declaração até ao último dia do prazo das ofertas concorrentes.
16. Os intermediários financeiros devem comunicar diariamente à Euronext Lisbon as ordens dos seus clientes através do Sistema de Serviços Centrais de Ofertas Públicas, via Serviço de Centralização, entre as 8:00 horas e as 19:00 horas, exceto no caso do último dia do Período da Oferta Concorrente (10 de outubro de 2014), em que o período de transmissão através dos Serviços Centrais de Ofertas Públicas será entre as 8:00 horas e as 16:30 horas.
17. O anúncio preliminar da Oferta Concorrente estabelecia as seguintes condições prévias para o lançamento da Oferta Concorrente, as quais já se encontram verificadas:
  - a) Foi obtido registo prévio da Oferta Concorrente junto da CMVM, nos termos do número 2 do artigo 114.º do Cód.VM.
  - b) No dia 26 de setembro de 2014, foi concedida autorização por parte do Estado Português para a transmissão indireta da participação que a Sociedade Visada detém na sociedade SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. e da sociedade HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A., conforme Despacho conjunto do Secretário de Estado das Finanças e do Secretário de Estado da Saúde.
18. A eficácia da Oferta Concorrente está condicionada a que, até à data e em resultado da liquidação física e financeira da Oferta Concorrente, a Oferente seja titular de (ou lhe sejam imputados, nos termos do número 1 do artigo 20.º do Cód.VM), pelo menos, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento) das Ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Sociedade Visada.
19. A Oferente submeteu, a 23 de setembro de 2014, um pedido de não-oposição à Oferta Concorrente junto da Autoridade da Concorrência. A Autoridade da Concorrência ainda não emitiu a declaração de não-oposição. Contudo, a circunstância de a referida declaração ainda não ter sido emitida não impede o lançamento e a conclusão da Oferta Concorrente. Com efeito, a Oferente faz uso da faculdade prevista no número 2 do artigo 40.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (Regime Jurídico da Concorrência), que permite a realização de uma oferta pública de compra ou de troca antes de a Autoridade da Concorrência se pronunciar, nos termos melhor explicitados no Prospeto da presente Oferta Concorrente.

20. Para os devidos efeitos, e designadamente do disposto no artigo 128.º do Cód.VM, a Oferente declarou no anúncio preliminar da Oferta Concorrente, e declara no presente Anúncio, que a decisão de lançamento da Oferta Concorrente se fundou no pressuposto de que, entre a data do anúncio preliminar da Oferta Concorrente (ou seja, 23 de setembro de 2014) e o termo do Período da Oferta Concorrente, não ocorrerá qualquer das seguintes circunstâncias com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira da Sociedade Visada, vista em termos consolidados:

- a) A adoção, sem o acordo prévio da Oferente, de deliberações pelos órgãos competentes da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) que aprovelem:
  - (i) emissões de ações ou outros valores mobiliários, que confirmam direito à subscrição ou aquisição de Ações representativas do capital social da Sociedade Visada, por esta ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);
  - (ii) emissões de valores mobiliários representativos de dívida, pela Sociedade Visada ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), de valor superior a €12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros);
  - (iii) emissões de quaisquer tipos de valores mobiliários por sociedades em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) com a Sociedade Visada de valor superior a €12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros);
  - (iv) a dissolução, transformação, fusão ou cisão ou quaisquer outras alterações de estatutos da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);
  - (v) qualquer distribuição de bens a acionistas pela Sociedade Visada;
  - (vi) a amortização ou extinção, por outra via, de Ações da Sociedade Visada;
  - (vii) a aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de ações da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);
  - (viii) a aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação ou oneração de outras participações sociais, da Sociedade Visada ou

de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM);

- (ix) a aquisição, alienação ou oneração, bem como promessa de aquisição, alienação, ou oneração de ativos de valor superior a €1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil euros) da, ou pela, Sociedade Visada ou de, ou por, sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), incluindo trespasse ou cessão, ou promessa de trespasse ou cessão da titularidade, ou assunção de compromissos de alienação ou cedência de tais ativos, salvo se para cumprimento de obrigações contraídas até à presente data e que sejam do conhecimento público;
- b) O preenchimento de vagas nos órgãos sociais da Sociedade Visada, sem acautelar que a destituição sem justa causa dos designados possa ocorrer mediante uma indemnização cujo montante não exceda a respetiva remuneração anual;
- c) A destituição de outros membros dos órgãos sociais da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), tendo como consequência o pagamento de indemnizações superiores ao das respetivas remunerações vincendas até ao que seria o termo por caducidade dos seus mandatos;
- d) O aumento da remuneração global dos titulares de cada um dos órgãos sociais da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) para os anos de 2014 e subsequentes, para um valor superior ao da remuneração global dos titulares dos mesmos órgãos no exercício de 2013, salvo um aumento anual não superior a 5% (cinco por cento);
- e) A prática de quaisquer atos, pela Sociedade Visada, ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) que não se reconduzam à respetiva gestão normal, ou que consubstanciem inobservância do dever de neutralidade do órgão de administração previsto no artigo 182.º do Cód.VM, designadamente a adoção de medidas de efeito defensivo em relação à Oferta Concorrente e a alienação de Ações próprias, quer na Oferta Concorrente, quer a terceiros, sem o consentimento da Oferente;
- f) A prática ou abstenção, pela Sociedade Visada ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM) ou por qualquer outra entidade, de qualquer decisão ou ato ou a ocorrência de qualquer evento ou circunstância que possa resultar numa alteração patrimonial desfavorável relevante, não emergente do curso normal dos negócios, na situação da Sociedade

Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (ao abrigo do artigo 21.º do Cód.VM), relativamente à situação evidenciada nos documentos de prestação de contas consolidados referentes a 31 de dezembro de 2013, 31 de março de 2014 e 30 de junho de 2014 ou, quando existam, relativamente ao último balanço semestral ou trimestral publicado subsequentemente a essa data; ou

- g) A divulgação de factos suscetíveis de influenciar de modo significativo a avaliação das Ações, mas até à presente data não trazidos a público.
21. A decisão de lançamento da Oferta Concorrente, baseou-se, ainda, designadamente para os efeitos do artigo 128.º do Cód.VM, no pressuposto de que, com exceção da informação constante dos documentos de prestação de contas, ou outros publicados pela Sociedade Visada, não existem nem virão a existir quaisquer disposições (com impacto significativo na situação patrimonial, económica e financeira da Sociedade Visada, vista em termos consolidados) de qualquer acordo, contrato ou outro instrumento do qual seja parte a Sociedade Visada, ou as sociedades com esta em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), nos termos das quais, como consequência do lançamento da Oferta Concorrente ou da aquisição ou proposta de aquisição pela Oferente de todas ou parte das Ações, resulte que:
- a) Se vença ou possa ser declarado imediatamente exigível qualquer empréstimo ou dívida da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM) que não seja imediatamente exigível, ou a capacidade de alguma dessas sociedades de contrair empréstimos ou dívidas seja diminuída ou inibida;
  - b) Seja permitida a criação de (ou se tornem eficazes) quaisquer direitos ou ónus em benefício de terceiros sobre todos ou parte dos negócios ou bens da Sociedade Visada ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM);
  - c) Cesse ou seja negativamente modificado ou afetado qualquer acordo, direito ou obrigação da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM);
  - d) Cesse ou seja substancial e negativamente modificado ou afetado o interesse ou negócio da Oferente, de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), ou da Sociedade Visada, ou de sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), em ou com, respetivamente, qualquer pessoa, firma, sociedade ou órgão; ou

- e) Deixe a Sociedade Visada, ou as sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo (de acordo com o artigo 21.º do Cód.VM), de poder exercer o seu negócio utilizando a sua denominação atual.
22. É ainda pressuposto da Oferta Concorrente, designadamente para os efeitos do artigo 128.º do Cód.VM, a não ocorrência de qualquer alteração substancial nos mercados financeiros nacionais e internacionais e das respetivas instituições financeiras, não assumida nos cenários oficiais divulgados pelas autoridades da Zona Euro, e que tenha um impacto substancial negativo na Oferta Concorrente, excedendo os riscos a ela inerentes.
23. Ao lançar a Oferta Concorrente, a Oferente não renuncia a quaisquer direitos, nomeadamente o direito de solicitar à CMVM a modificação ou revogação da Oferta Concorrente no que respeita a factos ou atos que não estejam consistentes com os pressupostos constantes do anúncio preliminar da Oferta Concorrente e do presente Anúncio, nomeadamente aqueles atos ou factos cujos efeitos ou consequências ainda não estejam integralmente verificados ou não sejam totalmente conhecidos da Oferente no momento de divulgação do anúncio preliminar da Oferta Concorrente.
24. Caso a Oferta Concorrente seja bem-sucedida, a contrapartida será paga em numerário e estará disponível no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado.
25. O montante global da contrapartida oferecida nos termos da Oferta Concorrente encontra-se assegurado nos termos do número 2 do artigo 177.º do Cód.VM. Para este efeito, a Oferente depositou o montante de € 460.506.415,00, correspondente ao valor máximo a pagar como contrapartida para as Ações objeto da presente Oferta Concorrente, junto do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A. e do Banco Finantia, S.A.. Deste modo os fundos necessários para o pagamento do montante total da contrapartida oferecida no âmbito da presente Oferta Concorrente encontram-se devidamente assegurados e bloqueados para os efeitos de liquidação da mesma.
26. Os titulares de Ações que pretendam aceitar a Oferta Concorrente deverão transmitir as ordens de venda diretamente aos intermediários financeiros membros do mercado regulamentado Euronext Lisbon junto dos quais se encontram abertas as respetivas contas de valores mobiliários.
27. Todos os custos relacionados com a venda das Ações no âmbito da Oferta Concorrente, incluindo comissões de corretagem e comissões de realização de operações em mercado regulamentado, bem como os impostos que couberem na situação tributável do vendedor, serão da conta dos destinatários da Oferta Concorrente.



28. Os custos acima mencionados deverão ser indicados pelos intermediários financeiros no momento da entrega das ordens de venda.
29. Os preçários de intermediação financeira estão disponíveis para consulta na página oficial da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).
30. O resultado da Oferta Concorrente será apurado em Sessão Especial de Mercado Regulamentado da Euronext Lisbon (sessão única para efeitos das ofertas em concorrência), que se espera venha a ter lugar no dia 13 de outubro de 2014, e tal entidade também será responsável pela divulgação, no mesmo dia, do resultado da Oferta Concorrente no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e no sítio da internet da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)). Adicionalmente, a Fosun pode anunciar os resultados da Oferta Concorrente num comunicado público, que será disponibilizado no sítio da internet da Bolsa de Valores de Hong-Kong ([www.hkexnews.hk](http://www.hkexnews.hk))
31. Caso a Oferta Concorrente seja bem-sucedida, a liquidação física e financeira da Oferta Concorrente ocorrerá no segundo dia útil após a Sessão Especial de Mercado Regulamentado, nos termos do Regulamento da Interbolsa 3/2004 e de acordo com o estipulado no aviso a publicar pela Euronext Lisbon, prevendo-se que a referida liquidação venha a ocorrer em 15 de outubro de 2014.
32. Após a análise dos resultados da Oferta Concorrente, e de acordo com as condições de mercado, nomeadamente ao nível da Sociedade Visada e da liquidez das Ações após o Período da Oferta Concorrente, caso a Oferente venha a atingir ou ultrapassar, diretamente ou nos termos do número 1 do artigo 20.º do Cód.VM, (i) 90% (noventa por cento) dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada, e (ii) 90% (noventa por cento) dos direitos de voto abrangidos pela Oferta Concorrente, por efeito da Oferta Concorrente ou de outras operações legalmente permitidas e relevantes para o cálculo de tal percentagem, a Oferente reserva-se o direito de recorrer ao mecanismo da aquisição potestativa previsto no artigo 194.º do Cód.VM, o que implicará a imediata exclusão de negociação em mercado regulamentado, ficando vedada a sua readmissão por um prazo de um ano.
33. A Oferente encontra-se em condições de exercer os referidos direitos caso, na data da liquidação física e financeira da Oferta Concorrente, a Oferente, ou quaisquer entidades que com ela se encontrem numa das situações previstas no número 1 do artigo 20.º do Cód.VM, seja titular de 85.988.029 Ações (ou seja, 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Sociedade Visada), das quais 85.986.675 Ações (ou seja, 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta Concorrente) têm de ser adquiridas no âmbito da Oferta Concorrente, uma vez que são imputados à Oferente, diretamente e nos termos do número 1 do artigo 20.º do Cód.VM, direitos de voto correspondentes a 1.504 Ações.

34. A Oferente, caso não exerça os direitos referidos no parágrafo anterior, não irá requerer, na sequência da Oferta Concorrente, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 27.º do Cód.VM, a perda da qualidade de sociedade aberta da Sociedade Visada, mantendo-se nesse caso as Ações admitidas à negociação em mercado regulamentado.
35. O Prospeito encontra-se disponível para consulta, sem custos, nos seguintes locais:
- Na sede do Banco Finantia;
  - No sítio oficial na internet da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt));
  - No sítio na internet da Oferente ([www.fidelidade.pt](http://www.fidelidade.pt)).
36. O relatório do Conselho de Administração da Sociedade Visada será tornado público até 29 de setembro de 2014.

A presente Oferta Concorrente foi objeto de registo prévio na CMVM, sob o número 9204.

Lisboa, 26 de setembro de 2014

**A Oferente**

**O Intermediário Financeiro**